

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI
DEPARTAMENTO REGIONAL DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI - Departamento Regional da Bahia ("Entidade") é uma "Entidade" de direito privado, organizada e administrada pela Confederação Nacional da Indústria, nos termos do Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, e tem por objetivo realizar a aprendizagem industrial, assistir aos empregadores na elaboração e execução de programas gerais de treinamento, formação profissional de trabalhadores na indústria, conceder bolsas de estudos e cooperar no desenvolvimento tecnológico.

O Decreto nº 6.635, de 05 de novembro de 2008, que alterou o regulamento do SENAI, estabeleceu que 2/3 (dois terços) da receita líquida da contribuição compulsória fosse vinculada para vagas gratuitas em cursos e programas de educação profissional para pessoas de baixa renda. Essa vinculação foi feita de forma escalonada, iniciando em 2009 e atingindo o percentual máximo em 2014.

A "Entidade", nos termos dos artigos 12 e 13 da Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, na condição de prestadora de serviços sociais autônomos, goza de imunidade tributária em relação aos impostos federais, estaduais e municipais.

No que se refere à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a "Entidade" não apura lucro. Portanto não está sujeita às regras da Lei nº 7.689/88, artigos 1º e 2º, Lei nº 10.833/2003 e IN nº 1.234/2012, artigo 4º, inciso VI.

A contribuição para o PIS/PASEP é calculada sobre a folha de salários, de acordo com o Decreto nº 4.524, de 17 de dezembro de 2002, artigo 9º, inciso VI. Além disso, conforme o artigo 46, desse Decreto, incisos I e II, as entidades relacionadas no artigo 9º, inseridos os serviços sociais autônomos, não contribuem para o PIS/PASEP sobre faturamento e são isentas da COFINS.

A contribuição para o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social é de 20% da Folha de Pagamento para o FPAS – Fundo da Previdência a Assistência Social, acrescida da GILRAT – Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho, conforme o grau de risco dos estabelecimentos matriz e filiais pertencentes à Entidade, observando o percentual (%) de redução ou acréscimo decorrente do FAP apurado para o ano de competência.

Em 15/12/2022, a 10ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Estado da Bahia, deferiu sentença favorável sobre a imunidade da cota patronal de 20% da folha de Pagamento para a Seguridade Social, o GILRAT, bem como para o PIS, incidentes sobre a Folha de Pagamento. A partir da competência dezembro/2022, a entidade não foi mais tributada sobre a folha de pagamento.

Por ter o benefício da imunidade tributária do ISS, foi atribuído ao SENAI o papel de substituto tributário obrigatório, cabendo-lhes proceder à retenção e o recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, em relação aos serviços tomados.

1.1 EFEITOS COVID-19 NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em março de 2020, uma pandemia global foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) quanto ao rápido aumento dos casos de doenças relacionadas ao novo “Coronavírus” (COVID-19). O SENAI seguiu todas as medidas para manter a normalidade de suas operações frente ao coronavírus e vem seguindo as recomendações dos órgãos governamentais, buscando preservar seus empregados e colaboradores, evitando a propagação da doença.

Em 2021 o SENAI deu continuidade às ações referente ao enfrentamento da pandemia do coronavírus, promovendo e adotando medidas tais como:

- disponibilização de cursos EAD, semipresenciais e no modelo de aulas remotas síncronas, ampliando a oferta do ensino híbrido, capaz de atender a uma demanda de maior flexibilidade por parte dos alunos e aderente ao cenário de pandemia e pós-pandemia, causado pela COVID-19;
- realização de descontos financeiros concedidos para pagamento dos boletos de matrículas e mensalidades, em função da política de descontos para retenção de alunos da escola técnica;
- modelo de trabalho híbrido – Home Office com infraestrutura adequada e suporte aos colaboradores, melhorando a qualidade de vida e aumentando a produtividade;
- oferta de Crédito Estudantil SENAI BA em parceria com a FUNDACRED aos discentes da Escola Técnica, com opções de crédito, com e sem fiador;
- redução significativa de despesas gerais;
- aulas remotas compartilhadas com otimização da alocação dos docentes próprios (mensalistas e horistas) com a consequente redução das despesas com contratação de docentes terceiros;
- controle de investimentos, conforme criticidade do investimento e disponibilidade financeira;
- investimento em ações de e-commerce e marketing digital.

Para 2022, foram incrementadas mais medidas:

- ações para recuperação de receita de mercado;
- ampliação da oferta de cursos da EAD, semipresenciais, como nova tendência de mercado pós pandemia;
- manutenção da política de descontos para retenção de alunos da escola técnica;
- controle de despesas operacionais e Investimentos.

Com todas as premissas acima, que consistem num plano robusto para manutenção do caixa e da liquidez, o SENAI obteve liquidez corrente de 1,30 em 31 de dezembro de 2022, evidenciando a sustentabilidade das ações propostas.

2. BASE PARA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da "Entidade" são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em conformidade com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e segundo a padronização e as peculiaridades do Plano de Contas e Manual de Padronização Contábil do Sistema Indústria, aprovado pelo Conselho Nacional do SENAI.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Diretoria na sua gestão, tendo autorizado a conclusão das presentes demonstrações contábeis em 27 de março de 2023.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da "Entidade". Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Diretoria faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da: (a) perda estimada em créditos de liquidação duvidosa; e (b) provisão para contingências.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por saldos em caixa, contas bancárias disponíveis e aplicações financeiras com liquidez imediata, conversíveis para pagamento de curto prazo.

As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor principal, acrescidas dos rendimentos, correspondentes, apropriados até a data do balanço.

2.4 Contas a receber

Referem-se a créditos junto a clientes, decorrentes da prestação de serviços, cursos, consultorias e outros. Os valores a receber só consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa sobre os títulos vencidos quando considerados recuperáveis.

A perda estimada sobre créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos valores vencidos há mais de 90 (noventa) dias, em montante considerado suficiente pela Diretoria, considerando os riscos envolvidos, para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos.

2.5 Receitas a receber - arrecadação

Referem-se a valores a receber da arrecadação compulsória das indústrias filiadas. Os valores a receber só consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa sobre as parcelas vencidas quando considerados recuperáveis.

2.6 Depósitos judiciais

Correspondem aos valores depositados em juízo para suportar as discussões relacionadas aos processos trabalhistas, nos quais a "Entidade" configura como ré.

2.7 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de construção, de aquisição ou custo atribuído ("deemed cost"), deduzido da correspondente depreciação acumulada.

Adoção do custo atribuído

Em 2013, a “Entidade” adotou o custo atribuído como base de valor e efetuou a revisão da vida útil dos principais itens do ativo imobilizado.

Os valores acrescidos ao ativo imobilizado estão demonstrados a seguir:

Itens	Valor
Terrenos	20.183
Edificações	78.202
Instalações	5.309
Máquinas e Equipamentos	10.183
Total	113.877

O registro do custo atribuído teve como contrapartida a conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido e será realizado através da depreciação ou baixa dos ativos.

A depreciação é calculada de acordo com a vida útil estimada dos bens, utilizando-se o método linear. Os terrenos não são depreciados.

Os bens do ativo imobilizado são depreciados no mês em que são incorporados ao patrimônio. Quando a incorporação ocorre no curso do mês, os cálculos da depreciação são feitos na proporção dos dias em que o Ativo entrou em atividade, conforme as diretrizes dos Pronunciamentos Contábeis sobre a matéria.

As taxas anuais usadas para a depreciação do imobilizado são as seguintes:

	Taxa média ponderada anual
Edificações	2,04%
Máquinas e Equipamentos	17,06%
Instalações	4,06%
Veículos	15,08%
Móveis e Utensílios	14,87%
Equipamentos de Informática	24,86%
Outros	13,76%

2.8 Intangível

O intangível está representado por gastos com aquisição de software, amortizados pelo método linear. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas quando incorridos.

2.9 Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas até a data do balanço.

2.10 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. Portanto, provisões são as despesas que já são contabilizadas como ocorridas, mesmo que ainda não pagas, sua estimativa será a expectativa do valor a desembolsar ou perda do ativo.

2.11 Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

2.12 Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e posteriormente pelo custo amortizado. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da "Entidade" incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, receitas a receber - arrecadação, departamento nacional - conta movimento e convênios e acordos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e como custo amortizado.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

A "Entidade" possui ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis (principal e juros), não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável.

b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A "Entidade" avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

c) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, no momento do seu reconhecimento inicial, a valor justo. Os passivos financeiros da Entidade incluem contas a pagar a fornecedores, departamento nacional - conta movimento, sistema indústria - conta movimento e convênios e acordos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

d) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais ativas/passivas decorrentes de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras e contas a pagar a fornecedores, os quais são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

2.13 Convênios e acordos

Referem-se a direitos e obrigações relativos a convênios e acordos firmados com entidades de direito público ou privado, para prestação de serviços educacionais e assistenciais, cujos recursos serão utilizados na execução dos projetos. Os gastos referentes a convênios e acordos são reconhecidos pelo regime de competência na medida em que os serviços são prestados. Os passivos relativos a convênios e acordos são reconhecidos à medida que recursos são recebidos pela "Entidade" sem que os respectivos serviços aos quais se destinem tenham sido realizados. Após realizados os serviços, os passivos são transferidos para o resultado, a título de receitas de convênios.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa	-	15
Bancos conta movimento	1.417	2.654
Aplicações financeiras	122.486	53.476
Sub-Total	<u>123.903</u>	<u>56.145</u>
Bancos conta movimento - convênios e acordos	4.223	9.334
Aplicações financeiras - convênios e acordos	388.959	93.435
Sub-Total	<u>393.182</u>	<u>102.769</u>
Total	<u>517.085</u>	<u>158.914</u>

Os recursos de convênios e acordos, são vinculados a aplicação em projetos e convênios, firmados com entidades públicas e privadas. Os rendimentos das aplicações destes recursos são creditados nas contas do passivo dos respectivos convênios.

As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs). No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras foram remuneradas a uma taxa média de 98% (31/12/2021 - entre 96% e 98%) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os rendimentos das aplicações dos recursos oriundos de convênios são creditados nas contas do passivo dos respectivos convênios.

4. CONTAS A RECEBER

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Clientes	35.363	29.613
Provisão para perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(13.173)	(14.505)
Total	<u>22.190</u>	<u>15.108</u>

Contas a receber são valores que ainda não ingressaram no caixa da empresa, possuem previsão de recebimento e são realizáveis no decorrer do exercício seguinte a data do balanço, portanto, compõem o Ativo Circulante.

Os valores a receber só consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa sobre as parcelas vencidas quando considerados recuperáveis.

5. DEPARTAMENTO NACIONAL - CONTA MOVIMENTO

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
<u>Ativo</u>		
Departamento Nacional - outros reembolsos	3.303	3.031
Departamentos Regionais	11	39
Total	<u>3.314</u>	<u>3.070</u>
<u>Passivo</u>		
Departamento Nacional – arrecadação	2.707	2.445
Departamentos Regionais	42	157
Total	<u>2.749</u>	<u>2.602</u>

Esta rubrica refere-se a registros das operações de contas correntes entre os Departamentos Regionais e o Departamento Nacional da mesma "Entidade".

6. RECEITAS A RECEBER - ARRECADAÇÃO

As receitas da arrecadação direta, recolhidas diretamente junto às indústrias filiadas, e indireta, repassadas pelo Departamento Nacional, são registradas por estimativa, em regime de competência, tomando por base os valores orçados no mês, ajustando-as no mês subsequente quando do efetivo recebimento, uma vez que não se conhece os valores efetivamente realizados no mês do registro.

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Arrecadação direta	4.863	4.630
Arrecadação indireta	6.573	5.315
Apropriação s/13º salário - arrecadação indireta	4.878	4.549
Subtotal	<u>16.314</u>	<u>14.494</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(49)
Total	<u><u>16.314</u></u>	<u><u>14.445</u></u>

Os valores a receber só consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa sobre as parcelas vencidas quando considerados recuperáveis.

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

DESCRIÇÃO	VALOR HISTÓRICO					DEPRECIÇÃO				LIQUIDO
	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES	TRANSFERENCIAS	BAIXAS	SALDO FINAL	SALDO INICIAL	DEPRECIÇÃO DO PERÍODO	BAIXA	SALDO FINAL	
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EM GERAL	87.933	1.516	27	(1.931)	87.544	(59.639)	4.391	1.829	(62.201)	25.343
VEICULOS	7.476	-	-	(90)	7.386	(6.038)	379	90	(6.327)	1.059
EQUIP. MED. ODONTO. E LABORATORIO	3.542	44	-	(10)	3.576	(1.638)	214	10	(1.842)	1.734
MOBILIARIO EM GERAL	5.171	104	-	(219)	5.057	(3.397)	246	218	(3.424)	1.633
BIBLIOTECA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
INSTRUMENTOS MUSICAIS	1	-	-	-	1	(1)	-	-	(1)	-
EQUIPAMENTO ESPORTIVOS, ARTISTICO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EQUIPAMENTO DE COMUNICACAO	1.595	62	-	(18)	1.639	(956)	124	16	(1.065)	574
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	67.993	3.302	-	(3.975)	67.320	(52.934)	3.602	3.959	(52.577)	14.743
OUTROS BENS MOVEIS	2.709	893	-	(44)	3.558	(564)	271	57	(779)	2.779
TOTAIS DE BENS MÓVEIS	176.420	5.920	27	(6.287)	176.080	(125.167)	9.227	6.178	(128.216)	47.864
TERRENOS	49.785	218	-	-	50.002	-	-	-	-	50.002
PREDIOS	325.634	-	-	-	325.634	(45.252)	6.637	-	(51.889)	273.745
INSTALACOES	19.176	1.203	72	-	20.450	(4.104)	529	-	(4.633)	15.817
BENFEITORIAS IMOVEIS TERCEIROS	496	151	-	-	647	(46)	20	-	(66)	581
CONSTRUCOES EM ANDAMENTO (a)	45.013	4.503	63	-	49.579	-	-	-	-	49.579
TOTAIS DE BENS IMÓVEIS	440.103	6.074	135	-	446.312	(49.402)	7.186	-	(56.588)	389.724
DIREITO USO LINHAS TELEFONICAS	9	-	-	-	9	-	-	-	-	9
DIREITO DE USO DE SOFTWARE	15.514	-	-	-	15.514	(6.130)	1.822	-	(7.952)	7.562
MARCAS E PATENTES	65	-	-	-	65	-	-	-	-	65
TOTAIS DE BENS INTANGÍVEIS	15.588	-	-	-	15.588	(6.130)	1.822	-	(7.952)	7.636
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	3.034	18	(135)	(2.893)	24	-	-	-	-	24
BENS MÓVEIS EM ANDAMENTO	24	1.993	(27)	(12)	1.979	-	-	-	-	1.979
BENS INTANGÍVEIS EM ANDAMENTO	2.251	251	-	-	2.501	-	-	-	-	2.501
TOTAIS DE IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO	5.309	2.262	(162)	(2.904)	4.504	-	-	-	-	4.504
TOTAIS	637.420	14.256	-	(9.191)	642.485	(180.699)	18.235	6.178	(192.756)	449.729

(a) Refere-se à construção de novas unidades e expansão de unidades já construídas.

8. FORNECEDORES

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Fornecedores de materiais e serviços	9.531	7.498
Fornecedores de ativo fixo processos em andamento (a)	4.504	163
Total	<u>14.035</u>	<u>7.661</u>

(a) Refere-se às imobilizações em andamento cujos contratos já estavam formalizados junto aos fornecedores.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
BNDES – Programa SENAI – Apoio à Competitividade da Indústria Brasileira (a)	89.419	101.829
Departamento Nacional - Projeto Implantação CIMATEC Park - 2ª Fase	17.273	-
Financiamento – Arrendamento Mercantil	4.648	5.976
Total	<u>111.340</u>	<u>107.805</u>
Circulante	20.121	14.676
Não circulante	91.219	93.129
Total	<u>111.340</u>	<u>107.805</u>

(a) Financiamento do Programa SENAI de Apoio à Competitividade da Indústria Brasileira

Refere-se ao financiamento do Programa SENAI de Apoio à Competitividade da Indústria Brasileira, também com o BNDES, no montante de R\$ 129.846, intermediado pelo Departamento Nacional do SENAI.

Sobre o saldo devedor incide juros de 1,4% ao ano acima da TJLP, exigíveis trimestralmente durante o período de carência fixado em 36 (trinta e seis) meses, e mensalmente, durante o período de amortização do principal.

A responsabilidade integral pelo pagamento do empréstimo, juros e amortização, é do SENAI – Departamento Regional da Bahia, cabendo ao Departamento Nacional subsidiar, quando da liquidação de cada parcela, o montante equivalente a 51%, conforme Resoluções nº 515/2011 e nº 38/2016 do Conselho Nacional do SENAI.

Covenants

Abaixo relacionamos os principais fatos que podem causar vencimento antecipado da dívida relacionada ao financiamento do programa SENAI de Apoio à Competitividade da Indústria Brasileira, firmado entre o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI (Departamento Nacional) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES):

- Redução do quadro de pessoal do Departamento Nacional do SENAI durante a vigência do contrato sem atendimento ao disposto do inciso IV da Cláusula 10 do contrato de financiamento, descrito abaixo:

“...na hipótese de ocorrer redução do quadro de pessoal, oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas, após ter submetido ao BNDES, para apreciação, documento que especifique e ateste a conclusão das negociações realizadas com a(s) competente(s) representação(ões) dos trabalhadores envolvidos no processo de demissão.”

- Existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pelo Departamento Nacional do SENAI ou por dirigentes, que importem em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, assédio moral ou sexual, ou crime contra o meio ambiente.
- A constituição, sem a prévia autorização do BNDES, de gravame sobre o(s) direito(s) a serem dado(s) em garantia ao BNDES pelo Departamento Nacional do SENAI.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração da “Entidade” entende que cumpriu todas as cláusulas e/ou condições dos referidos contratos.

Garantias

- A totalidade dos direitos creditórios sobre as receitas do Departamento Nacional do SENAI oriundas da contribuição adicional de que trata o artigo 6º, Decreto-lei nº 4.048/42, prevista no artigo 53 do Regimento Interno do SENAI (Decreto nº 494/62 e alterações posteriores);
- Os direitos creditórios sobre as receitas do Departamento Nacional do SENAI oriundas do percentual da parcela da Contribuição Geral (artigo 4º, do Decreto-lei nº 4.048/42, conforme alterado) estabelecido no artigo 51 do citado Regimento Interno do SENAI, na sua alínea “a”; e

- Os direitos creditórios detidos pelo Departamento Nacional do SENAI contra a instituição financeira ("Banco depositário") indicada pelo Departamento Nacional do SENAI e aprovada pelo BNDES, relativos aos depósitos a serem realizados e aos recursos existentes nas contas correntes de titularidade dos Beneficiários, quais, sejam, "Conta vinculada" e "Conta reserva", destinadas a operacionalizar a cessão fiduciária dos direitos mencionados dos incisos I e II acima.

10. SALÁRIOS, PROVISÕES E ENCARGOS A PAGAR

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Provisões para férias, 13º Salário e encargos	15.939	16.692
INSS sobre salários	772	2.941
INSS retido de terceiros	382	174
FGTS	1.202	1.053
Outros	4	175
Total	<u>18.299</u>	<u>21.035</u>

11. FATURAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO FUTURO

Correspondem aos pagamentos antecipados de clientes por serviços educacionais a serem prestados, os quais serão apropriados para a receita de serviços de acordo com a carga horária realizada. Em 31 de dezembro 2022, a "Entidade" possuía obrigações por prestação de serviço futuro no montante de R\$ 3.552 (31/12/2021 - R\$ 2.567).

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas, ajustadas e atualizadas até a data do balanço para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Diretoria da "Entidade", consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda e entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas, conforme segue:

	Possível	Provável	Total
Trabalhistas (a)	539	5.692	6.231
Administrativas e cíveis (b)	6.631	1.726	8.357
Total em 31/12/2022	7.170	7.418	14.588
Trabalhistas	3.285	4.583	7.868
Administrativas e cíveis	1.493	1.347	2.840
Total em 31/12/2021	4.778	5.930	10.708

(a) Referem-se às ações em que a Entidade figura como parte no processo, litigando, na sua maioria, com ex-empregados próprios e ex-empregados de seus prestadores de serviços (responsabilidade subsidiária). Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Diretoria mantém registrada a provisão para fazer face às perdas consideradas como prováveis no montante estimado de R\$ 5.692 (31/12/2021 - R\$ 4.583) e depósitos judiciais no montante de R\$ 6.442 (31/12/2021 – R\$ 5.443).

(b) Referem-se às ações indenizatórias por danos morais, materiais e lucros cessantes ocasionadas por acidente de trânsito e por acidente ocorrido com aluno durante a aula. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Diretoria mantém registrada a provisão para fazer face às perdas consideradas como prováveis no montante estimado de R\$ 1.727 (31/12/2021 - R\$ 1.347).

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio social, líquido das obrigações, é composto pelo histórico dos superávits orçamentários que, somados aos resultados das variações patrimoniais, formam o superávit patrimonial acumulado.

A conta Ajuste de Avaliação Patrimonial abriga o saldo do Custo Atribuído a realizar, em virtude da adoção da mais valia de Imóveis e Máquinas e Equipamentos, originado no Teste de Recuperabilidade de Ativos, por ocasião da Adoção às Normas Internacionais de Contabilidade em 2012.

	31.12.2022	31.12.2021
Patrimônio Líquido	501.255	418.069
Patrimônio Social Acumulado	335.954	318.297
Superávit do Exercício	83.186	15.541
Ajuste de Avaliação Patrimonial	82.115	84.231

14. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

O Plano de Benefícios PREVIND concebido em 1987 para seus empregados, no modelo “benefício definido” vigorou até março/2001, quando foi implantado o novo Plano PLANPREV na modalidade “contribuição definida”. Os participantes do PREVIND que não migraram para o PLANPREV permaneceram contribuindo para o plano.

Atualmente, o PREVIND é um Plano de Benefício Definido que se encontra fechado para entrada de novos participantes, não recebe mais contribuições nem dos participantes nem dos patrocinadores, todos os participantes estão aposentados recebendo benefício de aposentadoria e existem, também, beneficiários de participantes falecidos recebendo pensão por morte.

Os Benefícios pagos pelo PREVIND, são: complementação da aposentadoria por tempo de serviço; complementação da aposentadoria por idade; complementação da aposentadoria por invalidez permanente; complementação da pensão por morte; complementação do auxílio-doença; complementação do auxílio reclusão; auxílio natalidade; auxílio funeral; pecúlio por invalidez; pecúlio por morte e abono anual.

O passivo do Plano de Previdência PREVIND está no montante de R\$ 23.891, na data base 31/12/2022.

As contribuições ao PLANPREV efetuadas pela “Entidade” até 31 de dezembro de 2022, foram de R\$ 1.999 (31/12/2021 – R\$1.683), conforme plano de benefícios estabelecido.

A Avaliação Atuarial para os planos PREVIND e PLANPREV, referente à data-base de 31 de dezembro de 2022, foi realizada pela Bemate HR Innovated., 01 de fevereiro de 2023 respectivamente, apresentando Equilíbrio Técnico.

O Parecer de Avaliação Atuarial do PLANPREV demonstrou o Fundo Previdencial de Resíduo de Resgate, constituído por parcelas do patrocinador não resgatadas pelos participantes que se desligaram do plano, em decorrência do término do vínculo empregatício com a patrocinadora, e que não haviam atingido as condições de elegibilidade para qualquer benefício do plano, optando pelo resgate de suas contribuições. De acordo com o relatório atuarial do exercício de 2022, o referido fundo previdencial apresentou, em 31 de dezembro de 2022, o saldo de R\$ 249.

15. SEGUROS

Os bens da “Entidade” estão segurados por valores que a Diretoria considerou suficientes para cobertura dos eventuais riscos. A especificação por modalidade de risco e a importância segurada das principais apólices, de acordo com os corretores de seguros contratados pela “Entidade”, está demonstrada a seguir:

Modalidade de seguro	Vigência	Importância Segurada
Responsabilidade civil de danos materiais	23/09/22 a 23/09/23	350.434
Bens de Terceiros em poder do segurado	23/09/22 a 23/09/23	41.000
Bens do segurado em poder de terceiros	23/09/22 a 23/09/23	1.500
Impacto de veículos terrestres, queda de aeronaves	23/09/22 a 23/09/23	1.000
Alagamento	23/09/22 a 23/09/23	1.000
Tumulto	23/09/22 a 23/09/23	1.000
Riscos diversos	23/09/22 a 23/09/23	700
Equipamentos eletrônicos	23/09/22 a 23/09/23	500
Roubo de bens	23/09/22 a 23/09/23	500
Equipamentos portáteis	23/09/22 a 23/09/23	300
Danos elétricos	23/09/22 a 23/09/23	300
Fidelidade	23/09/22 a 23/09/23	100
Roubo de valores	23/09/22 a 23/09/23	50
Roubo de valores em mãos de portadores	23/09/22 a 23/09/23	50

Os seguros são contratados pela "Entidade" conforme as respectivas políticas vigentes de gerenciamento de riscos e seguros.

As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram auditados pelos nossos auditores independentes.

16. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES

	31.12.2022	31.12.2021
Arrecadação Direta	47.338	44.985
Arrecadação Indireta	66.786	57.615
	<u>114.124</u>	<u>102.600</u>

17. RECEITA DE SERVIÇOS

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços Educacionais	127.853	83.245
Serviços Tecnológicos	13.346	18.025
Serviços Laboratoriais	8.593	10.150
Serviços de Consultoria e Assistência Técnica	8.503	10.254
Serviços de Saúde	267	2.458
Acesso a banco de dados	5	-
Total	<u>158.567</u>	<u>124.132</u>

18. OUTRAS RECEITAS CORRENTES

	31.12.2022	31.12.2021
Recuperação de despesas (a)	46.121	849
Multas e juros de mora	392	258
Outras	1.020	631
Total	47.533	1.738

(a) A recuperação de despesas tem origem, principalmente, devoluções de retenções das empresas decorrente do TCTF - Termo de Cooperação Técnica e Financeira sobre Arrecadação Direta, reembolso de hospedagem de servidor virtual de capacitação EAD (DATACENTER), reembolso de despesas com energia elétrica decorrentes do contrato de aluguel firmado com a FORD.

Por força da decisão da 10ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Estado da Bahia em 15/12/2022, decorrente de sentença de imunidade deferida, houve a recuperação dos valores recolhidos ao INSS referente a Cota Patronal e PIS sobre a folha de pagamento, no montante de R\$ 44.391.

19. GERENCIAMENTO DE RISCO

As políticas de gerenciamento de risco da "Entidade" são estabelecidas de forma a identificar e analisar os riscos relevantes enfrentados pela "Entidade", para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da "Entidade". A "Entidade", através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Diretoria da "Entidade" controla o acesso aos mercados financeiros, além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às suas operações por meio de relatórios internos.

Os principais riscos a que a "Entidade" está exposta na condução das suas atividades são:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o SENAI irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do SENAI na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do SENAI.

O Risco de perda da arrecadação compulsória, componente da liquidez, surge da possibilidade de a “Entidade” vir a incorrer em redução da arrecadação compulsória.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o SENAI incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, em razão da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é proveniente, basicamente, das contas a receber de clientes e bancos.

- Contas a receber e outros recebíveis

A exposição do SENAI a risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente.

- Caixa e equivalentes de caixa

O SENAI detinha caixa e equivalentes de caixa na ordem de R\$ 158.914 mil em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 517.085 mil em 31 de dezembro de 2022. Os recursos mantidos em bancos são realizados em instituições financeiras de primeira linha com alta liquidez.

As aplicações financeiras de curto prazo são conservadoras e realizadas, em sua grande maioria, em Certificado de Depósito Bancário - CDB de resgate imediato e sem perdas para o SENAI. São realizadas aplicações em caderneta de poupança, por exigência legal de um determinado convênio ou por motivo de retenção de caução de contrato de prestação de serviço de terceiros.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio, as taxas de juros e os preços de ações - irão afetar os ganhos do SENAI e o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. Os riscos e as análises são conduzidos dentro das orientações estabelecidas pela Diretoria Financeira.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da “Entidade” em 31 de dezembro de 2022 equivalem, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

A “Entidade” não opera nem negocia instrumentos financeiros derivativos.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recurso Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

* * * * *

SARA SANTOS SANTANA
Gerente de Controladoria e Compliance
CRC BA-018089/O-5

RODRIGO VASCONCELOS ALVES
Diretor Regional